



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Daniela Elis Dondossola¹

Resumo: Este artigo pretende apresentar a discussão desenvolvida para fundamentar o projeto de pesquisa em decurso no Mestrado em Serviço Social da Unioeste (Toledo/PR). Apresentaremos a estrutura metodológica, fundamentação da pesquisa e seus primeiros dados. Nele almejamos compreender de que forma os pesquisadores na Pós-Graduação em Serviço Social têm discutido a concepção de Assistência Estudantil.

Palavras-Chave: Política Social, Educação, Assistência Estudantil.

Abstract: This article intends to present the discussion developed to support the research project underway in the Master of Social Work of Unioeste (Toledo / PR). We will present the methodological structure, research background and the first data. In it we aim to understand how the researchers in the Graduate in Social Work have discussed the conception of Student Assistance.

Keywords: Social Policy, Education, Student Assistance.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do problema de pesquisa e objetivos.

Este artigo tem por objetivo apresentar as primeiras discussões que vem sendo desenvolvidas pela autora no projeto de pesquisa do Mestrado em Serviço Social da Unioeste (*Campus Toledo/PR*). Sendo assim, serão apresentados: o problema da pesquisa, metodologia que será utilizada, os objetivos e a fundamentação teórica proposta. Pretende-se, assim, expor as primeiras aproximações com o objeto de pesquisa, e amadurecer a discussão que já vem sido construída até então.

O desenvolvimento deste estudo tem como problema de pesquisa apresentar como as produções científicas de teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social tem discutido - no âmbito do PNAES – a concepção de Assistência Estudantil no Ensino Superior.

A presente proposta de pesquisa nasceu a partir da aproximação com a realidade do espaço sócio-ocupacional de trabalho como Assistente Social na Pró-Reitoria de

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Paraná, E-mail: daniela.dondossola@gmail.com.

Assuntos Estudantis – PRAE da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA em Foz do Iguaçu/PR, tendo em vista as questões que se apresentam no cotidiano profissional.

A opção por este objeto se deu por dois motivos específicos: primeiro, tendo como base esta aproximação com a política de educação, mais especificamente com a execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES - à qual vincula-se a atuação profissional- e, segundo, ao observar que no Programa de Pós-Graduação ao qual a pesquisadora está vinculada, das 23 (vinte e três) dissertações defendidas até o ano de 2018², foram localizados 5 (cinco) que abordaram temas relacionados à Assistência Estudantil no ensino superior. Notou-se, portanto que um significativo número de profissionais ligados aos programas de pós-graduação em Serviço Social tem se esforçado para trazer elementos científicos sobre as questões que envolvem o Programa Nacional de Assistência Estudantil. O que também ficou evidenciado no documento de área elaborado pela CAPES (2016) quando traz a seguinte informação sobre a ampliação do quadro de profissionais que tem buscado a qualificação profissional através do *Stricto-Sensu* enfatizando este tema:

Contribuímos ainda na formação de docentes e técnicos administrativos inseridos nos Institutos Federais de Ensino (IFEs), em especial, dos assistentes sociais. Hoje os Ifes possuem em seus quadros 294 assistentes sociais, observando-se uma expansão nos últimos anos. Esses profissionais vêm buscando a qualificação em nossos Programas de Mestrado e Doutorado, refletindo sobre aspectos da relação entre a Política de Educação e os programas de Assistência Estudantil. Esse processo reverbera sobre as ações e proposições desses técnicos em suas intervenções. (MEC 2016, p.14-15)

Apesar de compreender que um grande número de profissionais tem se dedicado na última década a debater este tema, nota-se que ainda não existe uma concepção de Assistência Estudantil resolvida no âmbito do Serviço Social, o que se tem são tendências que vêm sendo discutidas, porém sem uma definição específica (informação verbal)³.

Historicamente, o conhecimento acumulado pelo Serviço Social nesta área contemplou, duas principais concepções: a) aquelas que elucidaram as interfaces da assistência estudantil, tanto com a política de educação quanto com a política de assistência social, e, por isso, partiram do marco teórico de ambas as políticas (suas diretrizes e princípios) para compreender a assistência estudantil; e, b) aquelas produções que situaram a assistência ao/a estudante estritamente no âmbito das políticas educacionais, tratando-a, ora como uma política isolada, ora como parte integrante da própria política educacional. (NASCIMENTO 2018, p. 371)

² O referido programa teve início em 04/04/2013.

³ Fala da Professora Eriva Garcia Velasco (Assistente Social e Pró-Reitora de Assistência Estudantil da UFMT) no Seminário Nacional: O trabalho do/a assistente social na assistência estudantil promovido pelo conjunto CFESS/CRESS de 22 a 23 de novembro de 2018 em Cuiabá/MT.

Desta forma, este estudo pretende evidenciar quais as particularidades existentes no conhecimento produzido por este grupo de pesquisadores, e que apontem para uma concepção de Assistência Estudantil. Tal proposta decorre da necessidade de desvelar sobre como a produção de conhecimento tem contribuído para o debate da assistência estudantil tratada como um direito integrante da política de educação. Por este motivo, pretendemos destacar a importância de conhecer e publicizar as contribuições realizadas pelos pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social sobre a concepção de Assistência Estudantil que se tem discutido nas universidades públicas brasileiras e sua relevância para a política de educação, reforçando a necessidade de manutenção do PNAES e a efetivação do mesmo enquanto política pública.

Assim, dentre os objetivos de pesquisa estão: 1) Caracterizar, as produções científicas dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2) Identificar qual é a concepção de Assistência Estudantil presente nessas produções e 3) Analisar as divergências e convergências identificadas em relação a uma possível concepção de Assistência Estudantil nessas produções.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Direcionando a discussão para o âmbito da educação superior, Castro (2010) apud Guedelho (2017), indica que as políticas educacionais são vistas como um núcleo estratégico para fomentar os processos de desenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento, e que impulsiona o investimento nas reformas da educação superior em detrimento dos incentivos à educação básica, que é primordial para a consolidação da educação pública de qualidade como direito social. É nesta direção que a realidade brasileira se apresenta nas últimas décadas:

(...) não rompe com a lógica neoliberal, posto que o processo de mercantilização das políticas sociais convive com ações estatais de caráter social e econômico com vistas à inclusão social, tanto por meio de ações voltadas à inserção pelo consumo, isto é, a ampliar o mercado de consumo de massa, incluindo as camadas mais pobres, bem como por meio de ações que se concretizam em programas governamentais voltados à igualdade de oportunidades. Guedelho (2017, p.74):

Portanto, para garantir que o direito à educação superior seja acessado, os governos traçam um conjunto de ações no intuito de viabilizar esta ponte. Principalmente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e continuando no governo de Dilma Rousseff, várias medidas permitiram a reestruturação da rede federal de educação superior no país,

para isto houve a implantação da política de cotas, vagas reservadas para indígenas, estrangeiros, refugiados, aumento da oferta de cursos superiores à distância na modalidade EAD. Além disto, podemos citar os programas de expansão, reestruturação e financiamento do ensino superior no país, como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e FIES (Fundo de Financiamento Estudantil). Estes programas até podem ser compreendidos como estratégias de proteção social, porém com o cuidado de saber que são financiadas sob a orientação de organismos internacionais regidos pela dinâmica do capital.

KOWALSKI (2012), indica que o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) e a UNE (União Nacional dos Estudantes) foram órgãos responsáveis pela promoção dos debates que incluíram a assistência estudantil nas IFES do Brasil, para que assim se estabelecessem políticas voltadas ao acesso, permanência e conclusão dos cursos de graduação, principalmente para os estudantes de baixa renda, tendo como premissa a democratização das universidades públicas a inclusão destes estudantes.

Com a articulação e pressão destes grupos de interesse, a Assistência Estudantil entra na agenda governamental das políticas públicas no ano de 2010, com a criação do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil)⁴ e passa a ser considerada pelo MEC como política de governo. Portanto, esse processo significa o “resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.36).

Sendo assim, a partir da instituição do Decreto as universidades passam a desenvolver ações específicas para garantir a permanência estudantil não apenas através de repasses financeiros, mas também atendimentos sociais, culturais, incentivo ao esporte e lazer, atenção à saúde, creche e apoio pedagógico. As ações de assistência estudantil nas universidades devem levar em consideração ações que viabilizem igualdade de oportunidades, no intuito de melhorar o desempenho acadêmico, contribuindo para minimizar as taxas de retenção e evasão acadêmicas.

O Decreto ainda imprime a ideia de que as desigualdades sociais repercutem de alguma forma no percurso acadêmico dos estudantes, podendo desencadear situações de evasão e retenção por insuficiência de condições financeiras, efeitos que devem ser enfrentados pelas ações de assistência estudantil. (GUEDELHO 2017, p. 88)

⁴ Durante o período de expansão das Instituições Federais de Ensino por meio do Reuni, cria-se o PNAES através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho 2010, que tem por objetivo: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Com a expansão e maior democratização do ensino superior público no país, apresentam-se também as contradições entre uma universidade feita para a burguesia – daqueles que puderam ter acesso ao ensino privado de qualidade, o que permitiu seu ingresso muitas vezes nas vagas de cursos mais concorridos das instituições públicas -, e por outro a realidade de estudantes que tiveram a oportunidade de acesso à universidade seja pela política de cotas⁵ ou não, mas que diferente do primeiro grupo vem de uma realidade socialmente mais vulnerável com poucos ou nenhum recurso financeiro para arcar com despesas de necessidades básicas da vida universitária.

A partir destas iniciativas há a entrada de novo perfil de estudantes nas universidades públicas, o que acarretará também uma mudança em todas as dimensões da vida material e social tanto dos estudantes quanto dos profissionais envolvidos e na estrutura da universidade. Estas modificações são reflexos da mescla de atores, regiões, valores e culturas diversas em um mesmo espaço.

É neste cenário que configurou-se a inserção de assistentes sociais na Política de Educação ao longo das últimas duas décadas; de acordo com o documento do CFESS (2013), esta inserção ocorre principalmente a partir de requisições sócio institucionais de ampliação das condições de acesso e permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, por meio de programas governamentais que foram instituídos a partir da mediação e da pressão de sujeitos políticos. Se por um lado apresenta-se como resultado dessa luta dos movimentos sociais em defesa de uma educação pública, por outro acaba sendo subordinada às exigências de organismos multilaterais que estão em sintonia com o grande capital, no que se refere à formação e à qualificação da força de trabalho. Estes profissionais se inserem:

(...) na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século. (CFESS, 2013, p. 37)

Esta inserção dos assistentes sociais na Política de Educação tem sido marcada pelas ações voltadas à garantia do acesso e permanência à educação escolarizada, porém de acordo com os Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação

⁵Por sua vez, o sistema de cotas afirmativas definido pela Lei nº 12.711/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.824/2012, é uma modalidade de seleção que visa a reservar parte das vagas das universidades federais para grupos considerados vulneráveis socialmente a discriminações. No caso brasileiro os grupos acolhidos pelas políticas de ações afirmativas foram os estudantes oriundos de escolas públicas, com reserva específica para pretos, pardos e indígenas. (MEC 2014, p. 49)

(2013), esta ação deve ser compreendida para além dos discursos de defesa do acesso a educação como forma de transpor as desigualdades sociais que são particulares do movimento do capital, colocando nestas ações governamentais - fragmentadas e paliativas - a solução para todos os problemas.

É portanto, inegável que os estabelecimentos que implementam a Política de Educação se tornaram espaços de atuação profissional com grande visibilidade, principalmente os que atuam com políticas, programas e projetos direcionados ao campo da assistência estudantil e das ações afirmativas, na esfera pública e também privada.

Para KOWALSKI (2012), é preciso tomar cuidado com a tendência de bolsificação da Assistência Estudantil. Apesar de considerar que os auxílios financeiros são de fundamental importância para a permanência dos estudantes no ensino superior, a atenção deve-se ao processo de assistencialização desta ação, vinculando e/ou dando um viés de assistência social ao que é próprio da política de educação. A Assistência Estudantil deve ultrapassar as barreiras do mero repasse financeiro, pois essa restrição focaliza e seleciona um grupo de estudantes pelo mero atendimento às necessidades básicas de sobrevivência e oculta os demais direitos.

Portanto, o entendimento (...) da assistência estudantil como sinônimo de política de assistência estudantil é um equívoco, pois, concebê-la dessa forma significa rebaixar a política de educação a uma “política de pobre para pobre” que se afirma por meio da bolsificação num processo de “alívio da pobreza”. Nisso ainda há um processo de depreciação do próprio direito à educação, que se configura como uma política universal (declarada como Direitos Humanos) a ser usufruída por todos os estudantes, independente de sua condição social. KOWALSKI (2012, p. 149),

Por este motivo que é preciso problematizar e diferenciar com mais atenção noções e concepções sobre assistência e necessidade no âmbito da educação na perspectiva do direito social. Conforme sinalizam Dutra e Santos (2017), no atual cenário político e econômico, deve-se ter muita atenção e cuidado em se discutir a assistência estudantil enquanto um direito fundamental, para que se garanta a continuidade e a expansão de um programa que é fruto de lutas históricas e que é essencial no âmbito da educação superior. É preciso manter a resistência diante dos ataques que o programa e as universidades vêm sofrendo do próprio governo, lutando para que não haja retração ou até mesmo extinção deste programa, que muito contribui para a democratização da educação superior no país.

Deste modo, por mais que a educação seja reconhecida como um dos pilares dos direitos humanos, ainda existem muitas barreiras a serem superadas para que haja um processo de reconhecimento como política pública, sendo ela um campo fértil de

possibilidades para a promoção da democracia, da cidadania⁶, do respeito às diferenças, da sociabilidade da cultura e da emancipação humana. Sendo assim, é imprescindível a discussão sobre a Assistência Estudantil como um direito que atenda às reais necessidades no âmbito educacional, valorizando a construção de princípios que coadunem com a construção de uma política de fato eficiente.

3. METODOLOGIA

Para elaborar e dar sustentação a tal pesquisa, utilizaremos como perspectiva teórico-metodológica o materialismo histórico-dialético para realizar as análises de forma crítica e propositiva. Considerando que a dialética é um método que não se reduz a apenas um método interpretativo, ele vai além, trazendo uma perspectiva revolucionária de transformação da realidade

Conforme aponta Netto (2009), a teoria é o movimento do real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador, e depois interpretado em seu pensamento, ou seja, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que ele pesquisa. Essa reprodução, que constitui o conhecimento teórico será mais concreta e verdadeira se o sujeito que a interpreta for fiel ao objeto estudado. Compreendemos que realizar a pesquisa a partir desta perspectiva é de fundamental importância, pois o método de Marx se dá por uma compreensão de mundo concebido como um conjunto de processos nunca acabados e sempre em transformação.

Partindo desse pressuposto, indicamos que a natureza da pesquisa será bibliográfica de tipo exploratória com abordagem quali-quantitativa. Assim como afirmam Lima e Miotto (2007):

No caso da pesquisa bibliográfica, a leitura apresenta-se como a principal técnica, pois é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência. (LIMA e MIOTTO 2007, p.41)

⁶De acordo com a concepção expressa por Coutinho (1999, p. 42) Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. (...). A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração.

Porém, é preciso demarcar que de acordo com os Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação elaborado pelo GT do conjunto CFESS/CRESS no ano de 2013, a noção de cidadania que orienta os projetos e programas educacionais tem sido forjadas dentro dos marcos de uma sociedade que pressupõe a igualdade centrada nas relações contratuais entre proprietários (seja da força de trabalho ou dos meios de produção) que se sentem livres para vender o que é de sua propriedade. Sendo assim, o documento atenta para o fato de que não se deve abandonar a defesa da cidadania, porém é preciso ressignificá-la, no intuito de ampliar e consolidar os direitos sociais. Este movimento deve agir como estratégia de luta da classe trabalhadora pela sua efetiva emancipação, o que consequentemente irá implicar na superação deste tipo de sociedade e das formas de institucionalização dos direitos sociais.

Com relação aos procedimentos metodológicos serão utilizados: coleta de dados com levantamento de fontes bibliográficas e o acervo de produções científicas a serem consultadas como fonte principal da pesquisa.

A fim de realizar o levantamento para delimitar o universo e a amostra da pesquisa e conhecer qual o panorama dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social em nível de Mestrado e Doutorado no Brasil, foi realizada uma consulta no site da Plataforma Sucupira, na aba “Cursos Avaliados e Reconhecidos” – Por Área de Avaliação – selecionamos o nome: Serviço Social. Desta forma, obtivemos um total de 36 (trinta e seis) programas. Após listar os programas, entramos no *link* de cada instituição no intuito de verificar qual se tratava especificamente de cursos vinculados à área do Serviço Social.

3.1 Procedimentos para coleta de dados e primeiros achados da pesquisa.

A pesquisa contemplará as dissertações e teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social; para isto, serão utilizados critérios de exclusão para delimitar que:

- 1) Apenas serão observados os Programas vinculados à área específica do Serviço Social, sendo que dos 36 (trinta e seis) programas, apenas 27 (vinte e sete) são especificamente de Serviço Social, os outros 09 (nove) estão em áreas correlatas ao Serviço Social, como Política Social, Economia Doméstica e Desenvolvimento Social.
- 2) Neste levantamento serão selecionadas apenas as produções que contenham pesquisas que tenham como tema/objeto da pesquisa a Assistência Estudantil vinculada às Universidades Federais, sendo excluídas as produções que tenham sido desenvolvidas em: 1) Institutos Federais, por serem instituição que atendem ao ensino técnico; 2) as universidades estaduais, por não receberem recursos federais para investimento na Assistência Estudantil, e 3) Instituições privadas/filantrópicas, também por não receberem recursos do PNAES.

Para delimitarmos o espaço e o tempo em que se buscou demarcar o universo desta pesquisa, a mesma terá seu corte temporal demarcado dentro da terceira fase ou a chamada fase atual⁷ da Educação Superior Brasileira, que foi marcada pela

⁷ A terceira fase (fase atual) da política de assistência estudantil se constituiu a partir de 2007 através da aprovação do Decreto nº 6.096 de 24 de abril desse mesmo ano, que instituiu o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que preconiza a criação de condições para ampliação do acesso e garantias de permanência aos estudantes na educação superior. (...). Vale lembrar que, neste mesmo ano foi aprovado o PNAES instituído em 12 de dezembro de 2007 pela Portaria Normativa nº 39 do MEC. Esse documento foi elaborado pelo FONAPRACE, o qual, por muitos anos, vinha discutindo em pautas

institucionalização do PNAES aliado às ações da contrarreforma universitária dentro de programas como o REUNI. Principalmente quando - na gestão do presidente Lula - transformou o PNAES em Decreto de Lei nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Este documento representa a luta coletiva de grupos organizados como o FONAPRACE, UNE e a ANDIFES na consolidação da Assistência Estudantil como instrumento legal que garante - no âmbito institucional das IFES - a Assistência Estudantil enquanto política pública. Sendo assim, demarcaremos a coleta dos das produções entre os anos de 2010 à 2018, justificando o ano de promulgação do PNAES por Decreto presidencial, até o ano de início da pesquisa.

Após estabelecer tais critérios e no intuito de fazer o primeiro levantamento e visualizar o panorama mais geral sobre o cenário pretendido, realizou-se inicialmente uma busca na plataforma de Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Como resultado desta busca, foram localizadas 64 (sessenta e quatro) produções, das quais foram selecionadas 36 (trinta e seis), aplicando os critérios de exclusão mencionados anteriormente.

Posteriormente, para dar maior confiabilidade e abrangência ao universo da pesquisa, realizamos uma nova busca nos *sites* de cada Programa de Pós-Graduação selecionado, em seus respectivos bancos de dados/ bibliotecas depositárias para aferir este número de produções encontradas inicialmente e então arquivá-las para posteriormente utilizarmos como fonte da pesquisa.

Como resultado desta segunda busca, chegamos ao levantamento de 40 (quarenta) produções, destas 03 (três) são teses e 37 (trinta e sete) dissertações. E dos 27 (vinte e sete) programas selecionados, apenas foram localizadas produções que tratam do tema de nosso objeto em 14 (quatorze) deles.

Do universo de 40 dissertações e teses encontradas e que tem como tema de suas pesquisas a Assistência Estudantil na universidade federal pública, realizamos um quadro para demonstrar em qual região do país se concentram. O quadro abaixo aponta que o maior agrupamento foi localizado nos PPGSS das região Sudeste, seguidas das regiões Sul e Nordeste.

Gráfico 01

nacionais, a importância da assistência estudantil no decorrer da vida acadêmica e também como um recurso fundamental na incorporação dos estudantes de baixa renda no processo de democratização da universidade pública e gratuita. (KOWALSKY, 2012, p. 97)

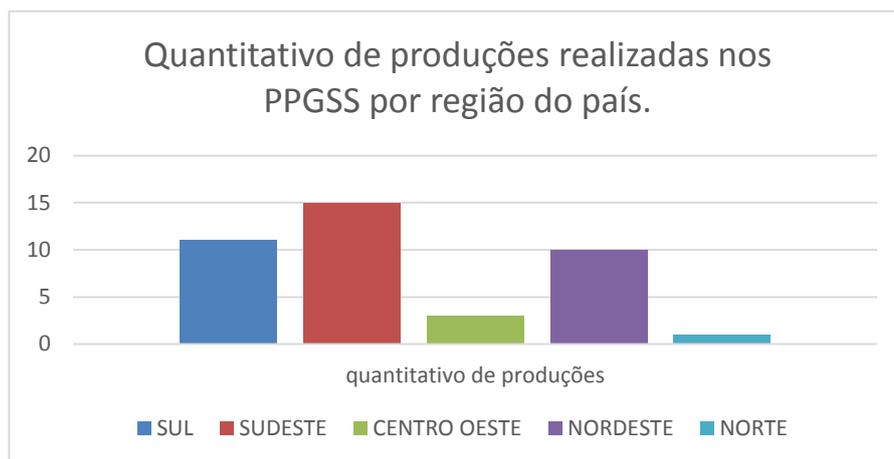


Gráfico gerado pela autora.

Em relação ao ano em que se concluíram as pesquisas observamos que as maiores incidências ocorreram nos anos de 2015 a 2017.

Gráfico 02



Gráfico gerado pela autora.

Após o levantamento e arquivamento do material selecionado, para dar prosseguimento a pesquisa qualitativa será realizada a leitura dos títulos, resumos, introdução e considerações finais a fim de elencar as categorias de análise do objeto, com foco naquelas que contenham as palavras “Assistência Estudantil, PNAES, Educação, Assistência Social” e, caso não seja possível localizar nestes itens os elementos que possam responder ao problema da pesquisa poderá ser consultado o sumário - identificando se existe alguma seção que traga a discussão sobre Assistência Estudantil, e que possibilite a apreensão de elementos que permitam sinalizar qual uma concepção de Assistência Estudantil que direciona aquela pesquisa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentrar-se pelo caminho de tentar desvelar um novo objeto, expressa um grande desafio. Faz-se necessário compreender as características, nuances, e as especificidades que cada tema envolve. Portanto, é no percurso da apresentação deste ensaio, - que decorre da pesquisa que a autora vem desenvolvendo, que pretendemos apontar algumas possibilidades que não se limitam nem se findam aqui.

Faz-se de suma importância atentar para o fato de que é preciso fortalecer e intensificar os estudos que abordam a temática da Assistência Estudantil, apreendendo o movimento deste objeto que tem se mostrado tão frágil nos últimos anos, principalmente pelo fato de ser um Decreto presidencial distante ainda de se transformar em política pública.

Sabemos que o processo de expansão da educação superior no Brasil trouxe consigo muitos problemas e limites originados das formas anteriormente praticadas no país e ditadas por organismos internacionais. Este modelo de expansão em massa das universidades no país também não significou uma inclusão ampla da classe trabalhadora, historicamente excluída do acesso à educação de qualidade. Sendo assim, as ações de assistência estudantil desenvolvidas nas universidades federais, (em grande parte delas) têm se baseado no repasse de algum tipo de suporte financeiro para estudantes que se enquadram em um recorte de renda muito específico. Este modelo ainda está muito distante do ideal, e que abarque as necessidades reais da classe trabalhadora, por este motivo, faz-se necessário lançar esforços para o aprofundamento da pesquisa nesta área. Neste sentido, enfatizamos a afirmação de Nascimento (2018), quando aponta para um entendimento da assistência estudantil na perspectiva de totalidade:

A tentativa de conceber a assistência estudantil numa perspectiva de totalidade (e, portanto, combatendo a sua desistoricização) ampara a construção de caminhos analíticos capazes de iluminar a crítica aos projetos educacionais dominantes e suas pautas para a permanência universitária. Na realidade atual, coloca-se como tarefa urgente para o Serviço Social, pensar como os desdobramentos da crise capitalista nas Universidades públicas brasileiras (expressos, sobretudo, nos abruptos cortes orçamentários) intensificaram aquelas tendências esboçadas nos anos 2000 – período histórico favorável à expansão e regulamentação da assistência estudantil – mediante sua inserção consentida na agenda da contrarreforma universitária dos anos 2000. (NASCIMENTO 2018, p. 373)

É no marco legal da Portaria Normativa n. 39/2007 e do Decreto n. 7.234/2010, que a Assistência Estudantil é reconhecida como instrumento de combate às desigualdades sociais, à ampliação e democratização das condições de acesso e permanência para o ensino superior público federal. No entanto, como o PNAES não está situado no campo de uma política consolidada, nota-se que ele se coloca em um meio de disputas muito tênues,

desta forma é de suma importância compreender e aprofundar o debate sobre de onde estamos partindo para discutir a Assistência Estudantil.

5. REFERENCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006 (cap.1 - 2).

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília/DF, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 02 out. 2017.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 01 maio. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF, 2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de área 2016**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/32_SSOC_docarea_2016.pdf. Acesso em junho de 2018.

COUTINHO. Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. **Perspectivas**. UNESP. São Paulo, v. 22. 1999. p. 41-49. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/issue/view/33>. Acesso em 05 abr. 2019.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, Mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>. Acesso em 05 abr. 2019.

GUEDELHO, Clefra Vieira. Avaliação em profundidade da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí – 2017.170 f.: **Dissertação** (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/24384>. Acesso em 01 out. 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**, v. 10, p. 35-45, 2007.

NASCIMENTO, Clara Martins. O SERVIÇO SOCIAL E A CRÍTICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL CONSENTIDA: TAREFAS TEÓRICAS. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 365-378, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19733>. Acesso em: 06 de junho de 2019.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPS, 2009. P. 667-700.

KOWALSKI, Aline Viero. Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. **Tese de doutoramento**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul/ Faculdade de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Doutorado em Serviço Social, Porto Alegre, 2012.

SUCUPIRA. Plataforma. Disponível em:
Fonte: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=32>. Acesso em 01 maio de 2019.

VELASCO, Eriva Garcia. Palestra no **Seminário Nacional: O trabalho do/a assistente social na assistência estudantil**. Evento promovido pelo conjunto CFESS/CRESS. Novembro de 2018. Cuiabá/MT.